

Distrito Estadual

## FERNANDO DE NORONHA

### Administração do Arquipélago

Administrador geral: **ROMEU NEVES BAPTISTA**

Endereços:

Rua Bolívar, 139 – Arruda – Recife CEP: 52.120-010

Fone: (81) 3498 9600

Palácio São Miguel – Vila dos Remédios – Fernando de Noronha CEP: 53.990-000

Fone: (81) 3619 1378 Fax: (81) 3619 1229

Site: [www.noronha.pe.gov.br](http://www.noronha.pe.gov.br)

E-mail: [noronha@noronha.pe.gov.br](mailto:noronha@noronha.pe.gov.br)

### Eleitorado

#### Número de eleitores – 2008

Total	Masculino	Feminino	Não informado
1.766	913	852	1

Fonte: TRE.

### Aspectos Históricos

Foi elevado a Território Federal Militar em 09/02/1942 – Decreto-lei Federal nº 4.102.

Data cívica (aniversário do distrito): 10/08

A ocupação de Fernando de Noronha é quase tão antiga quanto a do continente. Em decorrência de sua posição geográfica, o arquipélago foi uma das primeiras terras localizadas no Novo Mundo, já aparecendo em 1500 no planisfério do cartógrafo espanhol Juan de la Cosa e, em 1502, no mapa do português Alberto Cantino, neste com o nome de “Quaresma”. Foi descoberto em 1503 pelo navegador Américo Vespúcio, participante da segunda expedição exploratória às costas brasileiras, comandada por Gonçalo Coelho e financiada pelo fidalgo português Fernão de Loronha, cristão novo, arrendatário de extração de pau-brasil. “O paraíso é aqui”, disse Vespúcio ao abordar a ilha deserta em 10 de agosto daquele ano, após o naufrágio da principal nau das seis que compunham a expedição. A carta que escreveu, a LETTERA, é o primeiro documento relativo à ilha, a qual chamava de São Lourenço. Em decorrência da descoberta foi doada a Fernão de Loronha, financiador da expedição, através de carta do rei D. Manuel em 16 de janeiro de 1504. Foi a primeira capitania hereditária, 30 anos antes da implantação do regime no Brasil. O donatário jamais tomou posse de suas terras. Em 1505 foram resgatados os últimos naufragos da expedição de 1503, por um navio que vinha da Normandia (de Binot Paulmier de Gonneville). Abandonado por mais de dois séculos e situado na rota das grandes navegações, o arquipélago atraiu a atenção de muitos povos, dentre os quais: o viajante alemão Ulrich Schmidel, que desembarcou e permaneceu por alguns anos; franceses que vinham do Rio de Janeiro (companheiros de Villegagnon), que o abordaram em 1556 e costearam em 1558; abordado em 1577 pelo navegador inglês Francis Drake, que tentava correr o mundo.

Em 1612 foi abordado, por 15 dias, pelos franceses que iam para o Maranhão e, em 1619, foi vigiado por uma expedição portuguesa que desembarcou na ilha e a descreveu. Em 1626 foi abordado por holandeses, que o ocuparam posteriormente durante 25 anos, de 1629 a 1654, e só partiram após a rendição em Pernambuco.

Em 24 de setembro de 1700, através de carta régia, a capitania de Fernando de Noronha passou a pertencer à capitania de Pernambuco, que nada fez para ocupá-la. Em 1736 a ilha foi ocupada pelos franceses da Companhia das Índias Orientais, que nela viveram durante um ano e a rebatizaram de “Isle Delphine” ou “Dauphine”. Após mais de dois séculos de abordagens e ocupações temporárias, Portugal resolveu reocupar e colonizar a ilha, em 1737, através da capitania de Pernambuco. Nesse ano, o governador Henrique Luiz Pereira Freyre organizou um governo militar e econômico na ilha, que ficou desde então designada por Presídio de Fernando de Noronha. Um sistema de defesa foi implantado, com dez fortificações em pontos estratégicos para a defesa de todas as praias onde pudessem ocorrer desembarques. Desses dez fortes, nove foram construídos na ilha principal (a única habitada) e apenas um numa das ilhotas rochosas, localizada diante do porto de Santo Antônio, com a função específica de defender o principal ancoradouro natural existente. Também foram construídos dois núcleos urbanos para o funcionamento de uma Colônia Correccional para presos comuns vindos de Pernambuco: a Vila dos Remédios e a Vila de Sambaquixaba ou da Quixaba. Em diversos períodos também foram aí abrigados presos políticos, como os ciganos do Brasil (em 1739), os farrupilhas (em 1844) e os capoeiristas (em 1890).

Em 1816, de passagem com a missão francesa, o artista Debret pinta o morro do Pico. Cientistas ilustres visitaram o arquipélago em diversas épocas, como o naturalista Charles Darwin, pai da Teoria da Evolução das Espécies, em 1832, que descreveu a ilha. Em 20 de outubro de 1877, a Lei Imperial nº 2.792, em seu art. 3º, determina a transferência da administração de Fernando de Noronha do Ministério da Guerra para o da Justiça. O Decreto nº 854, de 13 de outubro de 1890, criou o Juízo de Direito do arquipélago de Fernando de Noronha, com um lugar de juiz e um de promotor público. Em 14 de fevereiro de 1891, o Decreto nº 1.371 determinou o retorno da administração ao estado de Pernambuco.

Em 1934 foi construída a primeira pista de pouso de Fernando de Noronha, pelo Departamento de Aeronáutica Civil. Em 1938 foi criado o Presídio Político da União, para presos comunistas, integralistas e aliancistas. Pernambuco cedeu o arquipélago, a "título precário", pelo Decreto Estadual nº 47, de 25 de janeiro de 1938. Pelo Decreto-lei nº 640, de 22 de agosto do mesmo ano, foi criada uma colônia agrícola, destinada ao trabalho de indivíduos considerados perigosos à ordem pública. Em 09 de fevereiro de 1942, durante a II Guerra Mundial, o Decreto-lei nº 4.102 criou o Território Federal Militar de Fernando de Noronha, constituído do respectivo arquipélago. Foi criado também o Destacamento Misto de Guerra e estabelecida uma aliança com a Marinha norte-americana, que instalou na ilha uma base de apoio, com cerca de 300 homens, próximo à baía Sueste. No mesmo ano foi construída a segunda pista de pouso. A partir de 1942 Fernando de Noronha foi administrado por militares: Exército, até 1981; Aeronáutica, até 1986 e EMFA, até 1987, quando passou para o Ministério do Interior, tendo seu único governador civil. Em 1946 foi criado, na ilha, um Destacamento da FAB, para controle de vôos e para serviços de meteorologia. Entre 1957 e 1965 houve uma nova presença americana, no Posto de Observação de Mísseis Teleguiados, próximo ao Boldró. Em 14 de abril de 1988 o Decreto Federal nº 95.922 delimitou o "Zoneamento para defesa ecológica do território federal de Noronha". Em 14 de setembro de 1988 o Decreto Federal nº 96.693 criou o Parque Nacional Marinho – Parnamar/FN, subordinado ao Ibama. A Constituição Federal de 1988, que extinguiu os territórios federais, reintegrou Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco, na condição de distrito estadual, comandado por um administrador, indicado pelo governador do estado.

Em 13 de dezembro de 2001 o arquipélago foi tombado pela Unesco e inscrito na lista de Patrimônio Mundial como "Sítio do Patrimônio Mundial Natural". O título foi entregue em 27 de dezembro de 2002. Em 2003 foram comemorados os 500 anos da primeira abordagem de Noronha e de sua descrição, por um dos maiores navegadores da história, Américo Vespúcio.

Fontes: Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. 2006. v. 3  
FIAM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco. 1994. v.2  
ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE, 1958.  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambucofernandodenoronha.pdf>

## Localização

Mesorregião.....	METROPOLITANA
Microrregião.....	FERNANDO DE NORONHA
Região de Desenvolvimento.....	METROPOLITANA

## Aspectos Físicos

Área da ilha principal.....	16,987 km <sup>2</sup>
Altitude da sede.....	45 m
Distância à capital.....	545,0 km
Vias de acesso.....	Acesso aéreo e marítimo.

## Aspectos Culturais e Turísticos

Padroeira.....	Nossa Senhora dos Remédios (29/09)
.	Aniversário do Parnamar, Dia Mundial do Meio Ambiente, N.Sra. dos Remédios e São Pedro.
Festas.....	Mirantes, grutas, morro do Pico, pedra do Pião, buraco da Raquel, rochedos do arquipélago, ruínas e trilhas, açude do Xaréu, baías, cabos e pontas.
Atrativos.....	

**Hoteleria****Meios de hospedagem – 2006**

Hotéis		Apart-hotéis/Flats		Pousadas		Outros	
Nº	Leitos	Nº	Leitos	Nº	Leitos	Nº	Leitos
1	22	-	-	104	1.470	-	-

Fonte: Empetur.

**População****Distribuição da população por situação de domicílio e sexo – 2000 - 07**

Sede distrital	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)	Homens	(%)	Mulheres	(%)
2000									
Fernando de Noronha	2.051	2.051	100,0	-	-	1.059	51,6	992	48,4
2007									
Fernando de Noronha	<sup>(1)</sup> 2.801	2.801	100,00	-	-	1.417	50,59	1.355	48,38

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

( 1 ) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

**Distribuição da população residente por grupos de idade – 2007**

Total <sup>(1)</sup>	0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e +
2.801	194	172	202	201	680	590	469	163	52	37	12

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

( 1 ) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados e idade ignorada.

**Evolução da população – 1970-2008**

Ano	População
1970	1.313
1980	1.274
1991	1.668
1996 (Contagem)	1.881
2000	2.051
2007 (Contagem)	2.801
2008 (Estimativa)	3.012

Fonte: IBGE.

**Indicadores demográficos – 2007**

Discriminação	Valor
Taxa de urbanização (%)	100,00
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	164,89
Taxa anual de crescimento demográfico (2000/2007) <sup>(1)</sup>	4,79
Média de moradores por domicílio	3,89

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

(1) População ajustada de 01.04.2007 para 01.08.2007, para que a taxa de crescimento da população no período 2000 a 2007, tivesse o mesmo mês de referência.

**Domicílios****Número e percentual de domicílios particulares permanentes – 2007**

Especificação	Total	Urbana	(%)	Rural	(%)
Domicílios	598	598	100,00	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

**Trabalho****Pessoas ocupadas, segundo as principais atividades econômicas – 2000**

Atividades econômicas	Total	(%)
Alojamento e alimentação	314	27,1
Transporte, armazenagem e comunicação	137	11,8
Administração pública, defesa e seguridade social	133	11,5
Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	132	11,4
Outras atividades	442	38,2
Total de pessoas ocupadas	1.158	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados da Amostra.

**Número de estabelecimentos e de empregados no setor formal – 2007**

Setores de atividade	Estabelecimentos		Empregados	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Administração pública direta e autárquica	1	0,39	...	...
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal e pesca	5	1,96	12	1,40
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos e profissionais etc.	39	15,29	71	8,27
Comércio atacadista	1	0,39	1	0,12
Comércio varejista	39	15,29	133	15,48
Construção civil	4	1,57	4	0,47
Ensino	3	1,18	4	0,47
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústria diversas	1	0,39	4	0,47
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3	1,18	20	2,33
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1	0,39	6	0,70
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, rádio, televisão etc.	131	51,37	494	57,51
Serviços industriais de utilidade pública	1	0,39	1	0,12
Transportes e comunicações	26	10,20	109	12,69
Total	255	100,00	859	100,00

Fonte: MTE/RAIS.

**Renda****Classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio, em salários mínimos – 2000**

Classes de rendimento	Domicílios	(%)
Até 1/2	1	0,21
1/2 a 1	10	2,14
1 a 2	48	10,28
2 a 5	172	36,83
5 a 10	144	30,84
10 a 20	57	12,21
Mais de 20	27	5,78
Sem rendimento <sup>(1)</sup>	8	1,71
Total	467	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

( 1 ) Inclusive os domicílios cuja pessoa responsável recebia somente em benefícios.

**Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2000**

IDH-M		IDH-M Renda		IDH-M Longevidade		IDH-M Educação	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0,759	0,862	0,676	0,829	0,761	0,835	0,840	0,923

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Indicadores de vulnerabilidade familiar – 1991-2000**

Discriminação	1991	2000
% de mulheres entre 10 e 14 anos com filhos	-	0,38
% de mulheres entre 15 e 17 anos com filhos	11,42	1,42
% de crianças em famílias com renda inferior a 1/2 salário mínimo	1,94	5,53
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos	17,52	6,52

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Educação****Instrução da população por faixas etárias – 1991-2000**

Discriminação	7 a 14		10 a 14		15 a 17		18 a 24		25 ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Taxa de analfabetismo	3,29	5,42	3,00	0,20	5,95	0,43	13,82	0,21	10,57	6,69
% com menos de 4 anos de estudo	-	-	75,69	58,42	29,82	14,60	30,85	9,02	21,97	18,10
% com menos de 8 anos de estudo	-	-	-	-	88,96	70,43	58,64	29,95	60,65	48,85
Média de anos de estudo	-	-	-	-	-	-	-	-	6,20	7,59

Fonte: Pnud/Ipea/FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Matrícula inicial por tipo de ensino, segundo a dependência administrativa -- 2007**

Dependência administrativa	Creche	Pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional nível técnico
Total	70	127	330	49	-
Estadual	70	127	330	49	-

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura.

**Taxa de distorção idade/série – 2006**

Dependência administrativa	Ensino fundamental	Ensino médio
Total	29,49	45,24
Estadual	29,49	45,24
Municipal	-	-
Privada	-	-

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura.

**Saúde****Indicadores de saúde – 2007**

Discriminação	Valor
Número de hospitais	1
Número de leitos	9
Leitos por 1.000 habitantes	3,2
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos <sup>(1)</sup> (2005)	-

Fonte: Datasus.

( 1 ) Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

**Programa de Saúde da Família – PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS – 2007**

Discriminação	Número
PSF – Número de equipes	1
PACS – Número de agentes	4

Fonte: Secretaria de Saúde, SES-PE.

**Saneamento****Domicílios por forma de abastecimento d'água, com banheiro ou sanitário, e destino do lixo – 2000**

Total de domicílios	Abastecimento d'água			Banheiro ou sanitário			Destino do lixo	
	Rede geral	Poço ou nascente	Outra	Tinham		Não tinham	Coletado	Outro destino
				Total	Rede geral			
467	398	64	5	453	274	14	466	1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Resultados do Universo.

**Água****Quantidade de economias por classe – 2007**

Especificação	Total	Residencial	Comercial	Industrial	Público
Água	663	430	191	1	41

Fonte: Compesa.

**Energia Elétrica****Consumidores e consumo de energia elétrica – 2007**

Especificação	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder público	Iluminação pública	Outros
Consumidores	755	421	4	219	7	77	7	20
Consumo (Mwh)	10.066	1.653	151	4.465	126	1.677	201	1.793

Fonte: Celpe.

**Transporte****Frota de veículos licenciados por tipo – 2007**

Total	Automóvel	Caminhão	Caminhonete	Camioneta	Ônibus	Microônibus	Motocicleta	Outros
948	486	18	33	40	13	18	174	166

Fonte: Detran-PE.

**Banco****Número de agências bancárias – 2007**

Discriminação	Total	Público	Particular
Agências	1	-	1

Fonte: Banco Central.

**Produto Interno Bruto****PIB Municipal – 2006**

Discriminação	Valor
PIB Municipal <sup>(1)</sup> (R\$ 1.000,00)	22.037
Participação % no PIB de PE	0,04
Composição setorial (%)	
Agropecuária	1,97
Indústria	20,20
Serviços	77,83
PIB per capita (R\$ 1,00)	9.495

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM.

Nota: Ano de referência 2002. Dados sujeitos a revisão.

( 1 ) PIB a preço de mercado.